

EDUCAÇÃO POLÍTICA NA EJA: um relato de experiência docente num curso de formação inicial e continuada em Eletricidade Básica através da metodologia de “criação do saber” do CTC-Recife/PE

Luciana Machado da Costa; Jorge Luiz Clemente Gomes; Gerson Tavares do Carmo

Instituto Federal Fluminense campus Campos-Centro - luciana.costa@iff.edu.br; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - jorge.gomes@iff.edu.br; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - gtavares33@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os debates sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, enquanto educação socialmente inclusiva, têm ganhado força ao longo das últimas décadas, com publicações especializadas e formação de núcleos de pesquisa e estudo. Pode-se considerar que as inúmeras experiências de EJA, em seu processo histórico, são, por excelência, processos de inclusão social e conquista de direitos humanos básicos.

[...] não podemos esquecer que as experiências mais radicais de EJA nascem, alimentam-se e incentivam movimentos sociais ou sujeitos coletivos constituindo-se como sujeitos de direitos. Nesses movimentos se descobrem analfabetos, sem escolarização, sem o domínio dos saberes escolares, sem diploma, porém, não só, nem principalmente. Se descobrem excluídos da totalidade de direitos que são conquistas da condição humana. Excluídos dos direitos humanos mais básicos, onde se jogam as dimensões mais básicas da vida e da sobrevivência. (ARROYO, 2005, p. 229)

A EJA, por si só, pode ser considerada como um processo de formação política, tanto pelo resgate de um direito humano, como pelo reconhecimento do aluno enquanto ser humano num mundo produzido por processos históricos excludentes.

A EJA nomeia os jovens e adultos pela sua realidade social: oprimidos, pobres, sem terra, sem teto, sem horizontes. Pode ser um retrocesso encobrir essa realidade brutal sob nomes mais nossos, de nossos discursos como escolares, como pesquisadores ou formuladores de políticas: repetentes, defasados, aceleráveis, analfabetos, candidatos à suplência, discriminados, empregáveis... Esses nomes escolares deixam de fora dimensões de sua condição humana que são fundamentais para as experiências de educação. (ARROYO, 2005, p. 223)

Trabalhar com Educação Política na EJA é trabalhar a partir do cotidiano de jovens e adultos trabalhadores, com experiências de exclusão, discriminação, formações escolares interrompidas. Mas também é trabalhar com educandos que desejam estar naquele ambiente de aprendizagem e superar-se. Ao professor, cabe trazer para o espaço escolar essas experiências cotidianas, contextualiza-las dentro de um processo de construção histórica, perceber e destacar nas falas dos alunos as mudanças e as permanências, instigar o aluno a buscar os “por quês”, a não naturalizar nenhum fenômeno social, a argumentar democrática e republicaneamente, respeitando o ponto de vista diferente, mas sem receio de expor o seu. E foi através da pergunta, da “provocação” da dúvida e da curiosidade, que buscou-se alcançar estes objetivos.

1 METODOLOGIA

No Centro de Trabalho e Cultura – CTC, de Recife/Pernambuco, no qual baseou-se esta experiência docente, a educação política, também chamada de “Formação Política” ou “Educação Cidadã”, acima de tudo, parte de temas ligados ao cotidiano do aluno.

[...] As aulas de Educação Política são o momento de fomentar discussões, trazendo informações que venham a contribuir para a formação de cidadãos críticos, indo além da proposta de uma formação profissional tradicional.

É resgatada a formação do sistema capitalista, as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, questões da atualidade, cidadania, além de temas lúdicos nos quais são abordadas as experiências de educandos e educadores, focando também suas origens étnicas e culturais, relacionando as mudanças no Brasil e no mundo com as ocorridas em suas histórias de vida. (SPINELLI, 2010, p. 58)

A educação política na EJA do CTC-Recife/PE não se trata apenas de um tema, um módulo ou uma disciplina, mas de algo que deve perpassar por toda a experiência educativa, onde o aluno, especialmente em um curso de formação profissional, deve preparar-se não apenas para atuar no mercado de trabalho, mas para inserir-se, com autonomia intelectual, política e cidadã, no mundo do trabalho. Nesta concepção, deve-se compreender que não há um mundo singular do trabalho, que ele não é estático, mas histórica e socialmente produzido e que está em constante transformação, sendo o trabalhador um dos agentes desta mudança.

O curso de Formação Inicial e Continuada em Eletricidade Básica, realizado no Instituto Federal Fluminense no ano de 2017 como parte do projeto de doutorado do professor Jorge Luiz Clemente Gomes (GOMES; CARMO, 2017) e inserido nos estudos do NUCLEAPE/IFF/UENF (Núcleo de Estudos sobre Acesso e Permanência do Instituto Federal Fluminense e da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro) contava com 120 horas, das quais 20 horas foram destinadas ao módulo de Educação Política.

Este módulo não eliminou a formação política nos demais componentes do curso, mas buscou trabalhar um programa mais sistematizado, metodologicamente baseado na “criação do saber”, construído na práxis do CTC-Recife/PE a partir da década de 1980 (SPINELLI, 2010).

A Criação do Saber parte do princípio que cada trabalhador detém um certo conhecimento. Nós criamos as condições para que este conhecimento se construa de forma coletiva. Cabe ao educador provocar, instigar para que os alunos se apoderem de novos conhecimentos a partir do que eles já dominam, mas muitas vezes não têm elaborado. Do ponto de vista político, é importante que o trabalhador reconheça sua classe como detentora de conhecimentos. (Clara apud SPINELLI, 2010, p. 57).

O processo se desenvolveu através do “[...] encadeamento de perguntas que motivam o grupo de aprendizes a construir em conjunto seu conhecimento, aprendendo a pensar e a juntos encontrar soluções técnicas relativas a seu fazer profissional e encaminhamentos políticos em relação a seu pertencimento de classe” (CET, 1997, p. 7 apud SPINELLI, 2010, p. 57).

Para Gomes e Carmo (2017), essa pedagogia baseada no encadeamento de perguntas motivadoras, onde o professor atua como um “monitor”, tem como precursores notáveis Sócrates de Atenas e Paulo Freire.

Como não foi possível fazer uma visita presencial ao CTC-Recife/PE, o estudo da metodologia de “criação do saber” se deu através da leitura da dissertação *Que escola é essa? É a escola do trabalhador. Estudo sobre o Centro de Trabalho e Cultura, Recife/PE* (SPINELLI, 2010) e, principalmente, de filmagens das aulas do Centro gravadas pelo NUCLEAPE.

Para a construção do módulo “Educação Política” foi necessário adaptar a metodologia do CTC-Recife/PE. Por trabalhar com cursos técnicos, na sua origem o módulo possui mais de 20 horas. Assim, com a restrição de tempo, optou-se por estruturar o módulo em apenas três temas.

O primeiro tema do módulo foi denominado “A escravidão e a questão da formação da consciência de classe dos trabalhadores brasileiros”. Com 8 horas de aula, divididas em dois dias, a temática foi introduzida com uma breve fala inicial sobre a escravidão no Brasil, seguida da instigação à participação dos alunos através de perguntas. Na sequência, foi apresentado o

filme *Amistad*, de 1997, ao final do qual, na segunda aula, os alunos colocaram suas inquietações e reflexões sobre o filme e o tema proposto.

O segundo tema escolhido foi “A Revolução Industrial: o nascimento das fábricas e o controle do trabalhador”, também com 8 horas divididas em dois dias. O material utilizado foram textos: um trecho de *O capital*, de Karl Marx; dois de Paul Singer, extraídos de *A formação da classe operária*; uma tirinha de Frank e Ernest, publicada no Jornal do Brasil em 1997; um trecho de E. P. Thompson, retirado de *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*; um de L. Huberman, em *História da riqueza do homem*; três trechos de Edgar de Decca, retirados de *Fábricas e homens: a Revolução Industrial e o cotidiano dos trabalhadores* e de *O nascimento das fábricas*; um extrato de Simone de Beauvoir, de *O segundo sexo*; um quadrinho sem autoria, disponível na internet, que trata da mais valia; um diálogo de Volney, extraído de E. P. Thompson, em *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*; e um poema de Shelley, *Aos homens da Inglaterra*, citado por L. Huberman, em *História da riqueza do homem*.

Por fim, o terceiro tema — escolhido após os debates realizados nas aulas anteriores onde percebeu-se a necessidade de sistematizar alguns conceitos e refletir criticamente sobre algumas questões recorrentes nas falas dos alunos —, foi “A luta de classes no século XXI: reflexão crítica sobre a Teologia da Prosperidade e a precarização do trabalho sob a denominação de Empreendedorismo Individual”, com carga horária de quatro horas. O debate foi introduzido a partir do vídeo de uma palestra realizada pelo historiador Leandro Karnal sobre o tema, e disponibilizado livremente na internet.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em todas as temáticas abordadas, a preocupação conceitual girou em torno da problematização das dificuldades em se formar uma “consciência de classe”; em como se deu, historicamente, a formação da classe trabalhadora após a Revolução Industrial e, no caso do Brasil, considerando os impactos da não tão distante escravidão; nas múltiplas faces, inclusive ideológicas, da luta de classes; na fragmentação da classe trabalhadora e na emergência das questões identitárias que perpassam pela luta de classes.

Para Ciavatta (2009), as revoluções burguesas criam a “civilização do trabalho”, compreendendo um “novo padrão econômico, político e cultural na vida dos povos”, uma civilização baseada na legitimação da acumulação de capital calcada na exploração do trabalho, e, portanto, do trabalhador, “[...] mas não de qualquer trabalho, e sim do trabalho na indústria” (2009, p. 149).

No Brasil, somente se pode falar em “classe operária” a partir de 1888, com o fim da escravidão e, mais propriamente, no Brasil, a partir do segundo quartel do século XX. Há apenas 130 anos acabava, oficialmente, a escravidão em nosso país, marcando a passagem oficial para o trabalho assalariado. Mas ainda estava distante de predominar o trabalho assalariado fabril.

Ainda conforme Ciavatta, “[...] o critério econômico é importante para definir as classes sociais, mas insuficiente para caracterizar os indivíduos e grupos sociais pertencentes a essas classes.” (2009, p. 162).

Hobsbawm (2015) e, especialmente, Thompson (1987; 2012), têm-se debruçado sobre a complexidade da formação da classe trabalhadora.

Para Thompson, “classe” é

[...] uma categoria *histórica*, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportaram de modo classista. Este andamento histórico gera regularidade de resposta em situações análogas e, em certo nível (o da formação “madura” das classes), permite-nos observar o nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe passíveis de uma comparação internacional. Somos, então, levados a teorizar este fenômeno como uma

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

teoria global das classes e de sua formação, esperando encontrar algumas regularidades, certos “estágios” de desenvolvimento etc. (1987, p. 270, grifo do autor)

Essa dificuldade em configurar a formação de uma “classe trabalhadora” evidenciou-se na fala dos alunos. Do ponto de vista do passado escravista, os alunos referiam-se a estes como “eles”, ressaltando-se seu sofrimento, os castigos físicos e abusos, ou seja, o escravo como “coisa” e como vítima. Do filme *Amistad*, eram estas cenas que se destacavam para eles. Ainda que mais de cinquenta por cento da turma fosse negra, não havia falas que denotassem a consciência do escravo como ser humano que sofre, que se alegra, que ri e chora, canta e dança, ou que tem cultura. Não surgiram falas sobre antepassados escravos, que inserissem o aluno numa linha de continuidade em relação a eles, apesar de mais de cinquenta por cento da turma ser negra. Havia, aparentemente, ou um receio em falar sobre esta ancestralidade ou um silêncio familiar que trouxe um apagamento deste passado e uma aparente ruptura entre o “eles” e o “nós”.

As diferenças salariais, de vínculos empregatícios, de prestígio ou desprestígio social associado às profissões também foi um tema bastante discutido. Aqui também não havia fala de “nós”, trabalhadores, mas sempre uma oposição entre “eles”, os trabalhadores melhor remunerados, e “nós”, os trabalhadores que ali estavam tentando se qualificar ou requalificar. Também houve diferenciações quanto a mulheres e homens, negros e brancos no mercado de trabalho. As distinções, reais, são percebidas, com mais ou menos profundidade por cada aluno. E durante as aulas foi mais notável a percepção das diferenças do que das semelhanças entre os diferentes trabalhadores.

Em alguns momentos foi possível observar o desinteresse dos alunos pela temática, especialmente ao abordar a Revolução Industrial. O uso de textos também não foi tão estimulante quanto os vídeos.

Parte da dificuldade estava na adaptação do papel do docente para o de “provocador”. De palestrante para “perguntador” e ouvinte.

CONCLUSÕES

Trabalhar com a EJA não foi uma novidade. Mas trabalhar com a Educação Política numa turma de jovens e adultos, em um curso de extensão, mais curto, e com a metodologia de “criação do saber” foi desafiadora e muito diferente da experiência prévia. Desde estudar as filmagens das aulas do CTC-Recife/PE, disponibilizadas pelo NUCLEAPE, até selecionar apenas três temas e pensar os recursos e materiais mais adequados para a pedagogia da pergunta, tudo foi um trabalho estimulante.

O decurso das aulas evidenciou a tendência dos alunos à percepção mais clara daquilo que diferencia os trabalhadores do que das relações de dominação que as aproximam, confirmando as dificuldades apontadas pela literatura acadêmica para a configuração da formação de uma classe trabalhadora numa sociedade tão complexa, fragmentada, desigual e em constante mutação. Também surgiram, com considerável frequência, temas que precisariam ser mais aprofundados, como a noção meritocrática de justiça social, que ignora as desigualdades históricas e de trajetórias pessoais, o que levou a se pensar o terceiro tema do módulo já no decurso do mesmo.

Ao longo do processo de ensino-aprendizagem foi perceptível a maior participação dos alunos através da pedagogia da pergunta em relação ao método tradicional de lecionar. Também foi nítida a melhor recepção de vídeos em relação a textos escritos. Por outro lado, algumas vezes, a aula voltava à metodologia tradicional, com o professor falando e os alunos ouvindo. Ainda que alguns momentos assim sejam necessários, como foi observado nas filmagens do CTC-Recife/PE, elas devem ser breves e partir de alguma epifania dos discentes, cabendo ao professor apenas sistematizar esses conhecimentos por eles construídos. A formação e a prática

(83) 95223222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

predominante da docência como aula-palestra disciplinam o educador para este papel e torna a mudança pedagógica um exercício de esforço contínuo e consciente para se adaptar a uma nova proposta metodológica.

Apesar da dificuldade docente, foi estimulante e recompensador sair da zona de conforto. A docência foi mais prazerosa e a participação dos alunos, ainda que com momentos de desinteresse, foi nitidamente maior, sendo impactante o potencial desta pedagogia de problematizar, historicizar e sistematizar as experiências cotidianas dos alunos da EJA.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. In: SECAD; UNESCO. **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005, p. 221-230.

CIAVATTA, Maria. A criação da “civilização do trabalho”: a “revolução burguesa” no Brasil. In: _____. **Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores** (Rio de Janeiro, 1930-60). Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009. p. 149-185.

GOMES, Jorge Luiz Clemente; CARMO, Gerson Tavares do. **Eletricidade Básica: reflexões iniciais da aplicação da metodologia do Centro de Trabalho e Cultura (CTC) Recife/PE em um curso de extensão no Instituto Federal Fluminense Campus Campos-Centro**. Campos dos Goytacazes, 2017. (mimeo)

HOBBSAWM, Eric. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a História Operária**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

SPINELLI, Mônica dos Santos. **Que escola é essa? É a escola do trabalhador**. Estudo sobre o Centro de Trabalho e Cultura, Recife/PE. 2010. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, MT, 2010.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 3 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. 2. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2012.